

ENFOQUES DA REVOLUÇÃO FRANCESA, NAZISMO E DITADURA MILITAR NO BRASIL: REPRESSÃO E CENSURA À INFORMAÇÃO

Alessandra Nunes de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Brasil

Jetur Lima de Castro
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Brasil

RESUMO

Trata da censura à informação a partir de três acontecimentos históricos mundiais como a Revolução Francesa da qual remete as 'atitudes dos iluministas', '*Bücherverbrennung*' no Nazismo e a 'opressão na literatura' na Ditadura Militar no Brasil. O objetivo do trabalho é focar as variadas formas de censura aplicadas aos documentos que foram censurados nesses períodos. O percurso metodológico adotado foi realizado através de uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico fundamentada em ideias de autores como Chaffe, (2009), Cornelsen (2009), Fioratti (2012) e Darnton (1992), em que abordam os registros históricos, evidenciando a influência da censura no que tange a fatos históricos. O texto é finalizado integrando os períodos históricos à informação, evidenciando a importância da informação nos referidos períodos históricos, uma vez que abrem um novo o caminho para a democracia. Desse modo, enfoca o direito intelectual de acesso ao conhecimento, através da liberdade de busca e uso de informações para a constituição da história, bem como enfoca a contribuição da Ciência da Informação como campo interdisciplinar de conhecimento para a compreensão de acontecimentos históricos.

Palavras-Chave: Censura da Informação; Censura-História; Revolução Francesa, 1789-1799; Ditadura Militar- Brasil.

ABSTRACT

Deals with the censorship of the information from three world historical events like the French Revolution which brings the 'attitudes of Illuminists', '*Bücherverbrennung*' on Nazism and the 'oppression in literature' in the military dictatorship in Brazil. The objective is to focus on the various forms of censorship applied to documents that were censored in these periods. The methodological approach adopted was accomplished through an exploratory research, bibliographic character based on ideas of authors like Chaffe (2009), Cornelsen (2009), Fioratti (2012) and Darnton (1992), in that approach the historical records, indicating the influence of censorship when it comes to historical facts. The text is finalized integrating historical periods to information, highlighting the importance of information in such historical periods as it opens a new path to democracy. Thus focuses on the intellectual right of access to knowledge through the freedom to search and use information to make up the story and focuses on the

contribution of Information Science as an interdisciplinary field of knowledge to the understanding of historical events.

Keywords: Censorship Information; History-Censorship; French Revolution, 1789-1799; Military-Dictatorship Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A formação social de um indivíduo sobre o meio em que vive é ocasionado a partir das informações, em que a humanidade adquiriu ao longo do tempo. Tornando-se, perceptível para que os que possuíam a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, independente sobre os fatos em que se conduzia a sociedade. Desse modo, certificamos que “[...] a informação, quando adequadamente assimilada modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive” (BARRETO, 2005, p.2).

A informação também é vista como uma ferramenta na união de grupos e povos sobre, ideias, concepção de fatos e compartilhamento de conhecimento. Visto por outro ângulo, a não utilização da informação ocasiona uma sociedade de pouco entendimento e precíval de conhecimento. Conforme Le Coadic (1996, p.27) “[...] sem a informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e o conhecimento não existiria”. Com esses apontamentos, surgem os vários questionamentos a exemplo, quais seriam as consequências de uma sociedade ausente de informação? Será que no passado existiu o interesse de restrição de informação? Qual o poder da busca do conhecimento em uma sociedade? O que a história tem a dizer sobre a informação? Com base nisto partiu o interesse pela investigação sobre a história da informação na humanidade a respeito dos momentos que a informação não foi bem-aceita e censurada. No qual, através das pesquisas se pode encontrar algumas situações que a humanidade vivenciou, contra as diferentes formas de expressões e informações, a começar pela Europa até o Brasil.

O estudo localizou uma palavra simples, mas que se tornou muita praticada por aqueles que objetivavam ocultar e evitar a disseminação da informação, qual seja a ‘censura’, que se constituiu em uma forma de manter a sociedade, sobre os interesses pessoais dos poderes que a governava, ocasionando o veto de todos os tipos de

informações e conhecimentos livres, que por ventura poderiam ir contra os princípios dos Governos e Estados, entre eles os livros que se tornaram um dos alvos perseguidos, assim como os seus escritores e leitores.

Portanto, a presente pesquisa objetiva, mostrar de maneira sintetizada a censura à informação em distintos contextos históricos, tendo em vista as formas de perseguições e opressão dos censores sobre os livros e seus autores, que foram de encontro as ideologias implantadas nos regimes históricos. Logo, mostrará os períodos históricos relacionando-os a instigação da informação, considerada perigosa para esses eventos históricos. Assim sendo, estes apontamentos são imprescindíveis sobre esses períodos, uma vez que possibilitam um novo o caminho, o da democracia. Desse modo, é fundamental garantir o acesso ao direito intelectual do conhecimento, através da liberdade de busca e uso de informações para a história e a Ciência da Informação, enquanto campo interdisciplinar, contribui para que a informação possa ser acessada e compreendida pela sociedade no que tange aos acontecimentos históricos.

A metodologia utilizada no estudo é exploratória, assim Gil (2009) afirma que a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. A pesquisa exploratória apoia-se em determinados princípios bastante difundidos: 1) a aprendizagem melhor se realiza quando parte do conhecido; 2) deve-se buscar sempre ampliar o conhecimento; e 3) esperar respostas racionais pressupõe formulação de perguntas também racionais (PIOVESAN, 1968).

Em outras palavras, o estudo exploratório tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu real significado e o contexto em que se insere. Logo, buscou-se maior conhecimento sobre o problema para torná-lo mais explícito. Diante dessa afirmação de Babbie (1983), observa-se que a presente pesquisa é determinada como um estudo exploratório, bem como evidencia características de um estudo bibliográfico.

No intuito de levantar informações relevantes para a fundamentação teórica do presente estudo, abordou os autores Chaffe, (2009), Cornelsen (2009), Fioratti (2012) e Darnton (1992) para os registros históricos, pois evidenciam a influência que a censura proporciona aos fatores históricos. Barreto (2005) e Guedes (1995) levam em consideração a Biblioteconomia e a Ciência da Informação como áreas

interdisciplinares que estudam a informação e seus caminhos, sobre as diversas áreas do conhecimento. Correa e Spudeit (2013, p.366) ressaltam que “[...] a Biblioteconomia brasileira, enquanto disciplina, pertence à subárea Ciência da Informação [...] o ensino dessa disciplina, tanto na graduação quanto na pós-graduação, tem sido orientado por conexões com diferentes áreas do conhecimento”. Partindo desses pressupostos, organizou-se o referido estudo envolvendo parâmetros históricos, sociais e informacionais, observando eventos históricos vinculados à informação, como a censura, mais especificamente dos livros e as revoluções da sociedade em busca do conhecimento.

2 APORTES SOBRE A CENSURA

De acordo com a história o mundo sempre vivenciou a opressão de hierarquias sobre as camadas menos favorecidas, restringindo-os de seus direitos tanto materiais, quanto intelectuais. Sendo este último, reconhecido como censura, no qual, se estabelece como uma das formas opressoras de impor a terceiros, uma única visão de ideologias e conhecimentos. Ocasionalmente por interesses pessoais de quem detém o poder ou domínio sobre uma situação. Segundo a Enciclopédia Mirador Internacional (1987, p.2237):

A censura é o controle exercido por autoridade civil ou religiosa, a publicação, distribuição ou a leitura de livros, com finalidade de impedir a divulgação de críticas ou ideias contrárias aos interesses de tais poderes, ou capazes em seu julgamento de perturbar a vida moral, social, política ou religiosa da comunidade.

Censurar a informação era a forma de vetar aos indivíduos a independência do intelecto. A perseguição contra a informação revela o quanto ela é poderosa, chegando ao ponto de líderes influentes se sentirem ameaçados com obras e expressões de artistas.

A censura age como ponto terminal na retenção da livre circulação das ideias. A existência da censura à informação prova por vias travessas que não há informação neutra. Caso existisse, a censura não teria razão de existência (TRAGTENBERG, 2009, p.190).

Se analisarmos o histórico da censura e os seus causadores, é perceptível que dentre os que a impuseram, estavam os de ordem religiosa ou do Estado. Guedes (1995, p.68) ressalta que “[...] a censura é um instrumento ideológico de controle tanto

político quanto religioso de uma sociedade”. A religião sempre esteve envolvida na história da humanidade e junto a ela, a repreensão imposta por religiosos, no qual pregavam que as obras consideradas contra o cunho cristão, mais conhecido como pagãos, não deveriam ser lidas. Desse modo Guedes (1995, p.70), exemplifica “[...] o ‘Concílio de Latrão’ que só permitia a publicação de obras com a autorização do Bispo, e da Santa Inquisição da qual estavam alertas e prontos a acender fogueiras para queimar autores, leitores desautorizados, insistiam em contrariar o clero”.

A censura não foi vivenciada apenas no Cristianismo, isto é bem notável no incêndio da Biblioteca de Alexandria, no Egito. A história relata que a invasão desta Biblioteca ocorreu por Emir Amr Ibn, por ordem de Omar, no qual determinou queimar os livros. Canfora (1989) explica que na conversa entre Omar e Amr, “[...] se os livros estavam de acordo com o livro de Alá então poderia ser dispensado, caso contrário não haveria necessidade de conservá-los, deste modo, a biblioteca foi destruída e o acervo queimado [...]”. Assim como a religião, a censura política é bem antiga, e em muitos casos estão acopladas. De um lado os religiosos impõem a censura, com o pretexto de cuidar para ‘manter a fé’ dos devotos, de outro usam a política como pretexto para manter a ordem do Estado.

Podendo ocorrer eventualmente à censura real em que os membros de uma sociedade acabam achando normal censurar, ocorrendo o caso de uma censura natural, a partir da cultura real implantada na sociedade. Segundo Guedes (1995, p.68):

A censura natural parte da censura real [...], pois provém dos conhecimentos e pensamentos dos membros de uma comunidade. Deste modo, estão voltadas aos valores concebidos que as mesmas acham que são bons, segundo suas normas apreendidas e acumuladas por seus membros através da endoculturação.

Caso este que ocorreu em algumas das situações históricas da humanidade, em que os membros da sociedade já estavam aceitando a censura, se não fosse o fato de pensadores que buscaram o conhecimento para levar a luz da razão. Com base nos exemplos, podemos analisar que a censura parte de um poder que possui total autoridade na sociedade, e que está se torna mais fácil de ser influenciada quando não buscam o conhecimento. Todavia atitudes contrárias podem causar verdadeiras revoluções, chegando às situações como a censura ao conhecimento –

especificamente os livros, e a revolução do povo através das informações adquiridas em três revoluções mundiais.

3 REVOLUÇÃO FRANCESA: DA REPRESSÃO PARA A LUZ DA RAZÃO

Na Europa do Século XVIII formada pelo regime absolutista, cujas classes clero e nobreza eram compostas pelo primeiro e segundo estado, perfaziam o abuso do poder, com a intenção de manter o povo submisso as suas vontades, tornando-se evidente o modo de manter o povo servil aos poderes e os restringindo ao conhecimento. Para tanto, era necessário deixá-los sem os conhecimentos e propícios a ignorância. O que se tornou notável no regime absolutista Francês, em relação a influência de pensamentos que a Igreja detinha sobre o povo.

A Igreja proclamava que o poder é dado aos homens por Deus, uma vez que todas as honrarias deveriam se estimadas aos nobres e ao clero, sendo estes escolhidos pela Divindade, segundo uma visão absolutista. Causando através da ideia, o perecer do terceiro Estado (o povo), no qual detinha a obrigação de pagar impostos e servi-los. Ao contrário da Igreja e da nobreza que eram isentas dos tributos e que desfrutavam dos prestígios.

Em decorrência dessa realidade surgiram os pensadores racionais, intitulados de iluministas, que acreditavam que a razão e o conhecimento eram as luzes para mudar a história humana. Seus membros criticavam a influência política e cultural da Igreja, pois detinham os privilégios da nobreza, a servidão no campo, os monopólios comerciais do Estado e a censura às ideias 'perigosas' (FALCON, 1986). Assim, surgiu o iluminismo, movimento que revolucionou a Europa.

A ideologia iluminista queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda uma geração (CERTEAU, 1998, p.261).

Considerando o conhecimento a única maneira de acabar com a ignorância, levando em consideração as informações. A ideologia iluminista esforçou-se para levar o conhecimento ao povo através dos livros. “Essa preocupação os levou a produzir a enciclopédia, uma grande obra de 35 volumes, impressa entre 1751 e 1780, que continham um resumo todo o saber existente até então” (FALCON, 1986). A

comercialização desses livros na Europa tornou-se uma grande barreira, pois eles foram proibidos, e a leitura de quem as possuía era feita às escondidas, por levar em seu interior o despertar do saber e a luz da razão.

A censura existia para modificar (ou proibir) o material escrito antes de sua publicação. Os oficiais da polícia do livro e os representantes da indústria editorial tinham a tarefa de detectar obras perigosas, clandestinas e proibidas, e para este objetivo supervisionavam os impressores, livreiros, trabalhadores e vendedores ambulantes [...]. A influência crescente das ideias do iluminismo nos círculos governamentais tornava a vida dos audaciosos mais fácil e dos censores mais difícil (DARNTON; ROCHE, 1996, p.22).

O clero e a nobreza não queriam era o despertar do povo e que os mesmos lutassem por seus direitos. Algo que se torna inevitável, quando o ser humano possui as informações e, conseqüentemente, os conhecimentos corretos. Como consequência é notável a refutação da situação em que se vive, fato que incidiu na Revolução Francesa.

“A censura clerical não deixa passar nada que possa ofender os valores religiosos-éticos-morais [...] a censura estatal, sob o absolutismo europeu, não deixava passar nada que ofendesse sua Majestade” (TRAGTENBERG, 2009, p.190). As filosofias de Voltaire, Montesquieu, Rousseau e Diderot passaram a serem consideradas pela Igreja, literaturas adversas a sociedade, pois faziam o terceiro Estado (povo) despertar para as ideologias da razão, criticando o absolutismo e defendendo a liberdade do homem. Ocorrências que o clero e nobreza não esperavam e, assim, foram tachadas como leitura clandestina iniciando atos de fiscalização, os vendedores de livros utilizavam altas estratégias para que os livros chegassem aos seus destinos. “Dentre os muitos truques para burlar a fiscalização estava o hábito de *casar o livro*, isto é entremear uma obra com folhas de outra. Como são enviadas quase sempre soltas pode-se esconder os livros ‘maus’ no interior dos bons” (DARNTON, 1992, p.34).

A respeito do que era bom e ruim isso cabia ao clero e ao Rei determinar. Obras que censuravam a igreja, nobreza e a servidão e que revelavam a verdade e a razão, tais obras eram chamadas de as ‘más literaturas’. Sendo preocupação das autoridades obras como: *Encyclopédie*, *Thérèse Philosophe* e *L’an 2440* (CAVALCANTE, 2009) que trazem críticas as autoridades, aos estados e à política.

Todavia a censura não impediu que muitas pessoas aprendessem sobre os pensamentos iluministas. Através de conversas com pessoas bem informadas o povo obtinha os ensinamentos e as informações. Freitas (2013, p.5) salienta que a busca pela informação iluminista propiciou que “[...] as pessoas passaram a fazer reuniões em locais públicos [...] onde sempre havia um inflamado orador lendo algum artigo de jornal ou panfleto em voz alta com o intuito de atizar os ânimos contra a monarquia”. Alguns livros passaram a ter a linguagem de fácil compreensão para as pessoas que não possuíam estudos, assim como os folhetins e os jornais. Nota-se que a informação encontrou barreiras, porém esse fato não a impediu de que fosse disseminada e encontrasse outras maneiras para que o conhecimento chegasse aos que dela necessitavam.

A partir dos pensamentos iluministas o povo passou a obter o conhecimento, como consequência rebelou-se contra o poder absolutista do clero e da nobreza que os atormentavam. Tal qual a decorrente crise que a França passava, a nobreza passou a elevar os impostos e aumentar o preço do pão. O povo se posicionando em relação aos conhecimentos adquiridos e baseados nos princípios iluministas causou a grande revolução com o *slogan*: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ocasionando à Revolução Francesa, conduzindo o Rei Luiz XVI e sua esposa Maria Antonieta a guilhotina e, assim, derrubaram o absolutismo e o antigo regime.

A informação quando adquirida, estudada e praticada, promove mudanças significativas na sociedade visto como ocorreu a partir dos princípios iluministas, de maneira que não apenas revolucionou a França, como também originou a conquista universal através da declaração dos direitos do homem e cidadão no qual “[...] afirmava os princípios de igualdade e liberdade individual, a igualdade civil e fiscal, a isenção de prisão arbitrária, a liberdade de expressão e de imprensa e o direito à liberdade privada” (POZZOLI, 2001, p.125). Conquista que reflete até os dias atuais nas diversas áreas do conhecimento, entre eles a Biblioteconomia sendo reflexionada através das bibliotecas e do disseminar da informação.

A Revolução Francesa também se constituiu em um evento importante para a área de Biblioteconomia visto que levanta, como uma de suas bandeiras, a da igualdade entre os homens, fazendo com que as grandes bibliotecas particulares fossem abertas para consulta do povo, levando ao surgimento das bibliotecas públicas (RUSSO, 2010, p.46).

A democracia da informação que vivenciamos é o resultado dos princípios iluministas que defenderam a igualdade, liberdade e fraternidade na sociedade, nas relações humanas e no conhecimento.

4 A ASCENSÃO DO NAZISMO

A Alemanha após a Primeira Guerra Mundial se encontrava em estado de decadência, sua economia fortemente abalada, territórios perdidos e o desemprego contribuía para a desvalorização do País. Com a chegada do Nacionalismo-Socialismo, isto é, o Nazismo que foi consolidado em 1933, nesse cenário de decadência passou a ser mudado através de seu líder Adolf Hitler. O Nazismo passou a buscar a extrema valorização germânica, não só na política, mas também na cultura.

A literatura, artes, música e o rádio, ou seja, toda forma de entretenimento informacional e comunicativo começaria a passar pelo rigoroso regimento do Estado totalitário. “Os nazistas tomaram medidas que visavam impedir tantos os processos de formação de opinião pública como as discussões públicas sobre decisões políticas antidemocráticas” (CORNELSEN, 2009, p.22).

Com a sua ascensão, o Nazismo buscou censurar informações que confrontavam sua ideologia, pois um dos seus princípios era que a sociedade se voltasse para os objetivos do poder. “Começando a partir disto, uma grande perseguição intelectual aos que abordavam suas obras contra os pensamentos nacionalistas alemães. Sendo elaborada uma ‘lista negra’ de obras consideradas nocivas ao regime, para facilitar a remoção de livros ‘inaceitáveis’ das bibliotecas pública” (CULTURE..., 2013).

A perseguição de informações literárias não ocorreu apenas com os livros, mas também com seus mentores e usuários, ou seja, tanto autores quanto leitores, o que se tornou realmente o retrato dos princípios de censura como descreve Tragtenberg (2009, p.190) “[...] a censura atinge a todos; atinge o que escreve e o que lê”. Por meio dessas ações, vários autores tiveram seus livros censurados e se não quisessem que suas obras fossem proibidas teriam que adaptar ao sistema imposto. O relato do escritor Thomas Mann demonstra essa realidade de opressão:

Quando eu passava uma temporada às margens do Ostsee, no verão de 1932, recebi um pacote pelo correio do qual, quando o abri, saíram

cinzas pretas, papel carbonizado. O conteúdo era um exemplar queimado, apenas reconhecível, de um livro meu, o romance *Os Bunddenbrooks* – mandado a mim pelo proprietário como punição por eu ter expressado publicamente meu horror diante do infortúnio nazista que se aproximava (MANN, 2009 p.139).

As ações voltadas à literatura contrária ao regime tiveram seu grande dia de perseguição em 10 de maio de 1933, no mesmo ano que o nazismo chegou ao poder. Muitos livros foram jogados em fogueiras para serem queimados em praça pública com a palavra *bücherverbrennung* (queime os livros), ato que o Nazismo utilizou para ofuscar o conhecimento e manter a sociedade em seus padrões e dependentes de uma só visão.

O ritual da queima de livros em praça pública, ato que remonta à queima das 'bruxas' na Idade Média, é uma expressão simbólica da barbárie. A partir da iniciativa da organização estudantil ligada ao partido nazista, o ministério da propaganda, sob a liderança do ministro Joseph Goebbels, instrumentalizou tal ato como meio de divulgação da campanha intitulada 'Aktion wider den undeutschen Geist' ('Ação contra o espírito não-alemão'). Listas com nomes de escritores e obras a serem proibidas foram distribuídas, e a Gestapo, a polícia política, incumbiu-se de controlar e confiscar as obras proibidas junto a livrarias e bibliotecas (CORNELSEN, 2009, p.23).

A partir do nacionalismo extremista, os meios de informação eram fiscalizados e vigiados e, para tanto, foi criada a Câmara de Cultura do Reich, tendo como responsável o ministro da propaganda Joseph Goebbels. A partir da Câmara toda forma de expressão artística e intelectual deveria ter o consentimento do respectivo órgão para ser disseminado ao público. "Aqueles que não procedessem de acordo com as normas impostas sofreriam proibições profissionais. [...] em outras palavras, a arte deveria apoiar a ideologia do estado, e não ser representante de heterogeneidades sociais" (ANDREUCCI, 2006, p.60). Esse mecanismo foi usado pelo regime político, como forma de censurar obras artísticas e comunicacionais que não correspondiam ao ideal do regime. Segundo Varela (2013) a Câmara tinha como funções:

Extirpar a literatura nociva e indesejável de todas as bibliotecas alemãs; Libertar a classe profissional de escritores e autores alemães de toda influência estranha, organizando-a de acordo com a política cultural nacional-socialista; Prestar toda ajuda possível à literatura valiosa e favorecer ao máximo o caminho para que livros bons chegassem às mãos do público.

Diferente do que ocorre em países ditadores que implantam a censura, a sociedade da Alemanha nazista não ficou sem leitura, ao contrário, a produção de

literatura aumentou em massa. “Durante o período nazista foi colocado em prática uma política de popularização literária como parte da estratégia de ‘indoutrinação’ da população alemã [...] obras foram editadas e distribuídas, com números de edições elevadas, como é o caso de obras editadas pelas organizações vinculadas ao partido nazista” (CORNELSEN, 2009, p.24), tendo em vista a repressão da qual é umas das formas de censurar a informação, visto que ela é dominada pelo poder, restringindo-se ao público e os valores morais. Conforme Kehl (1987), ao abordar a Psicanálise e o domínio das paixões, faz um julgamento sobre a repressão. Segundo a autora:

A repressão é um mecanismo insuficiente para dar contido excesso de energia que não encontra meios de descarga. A repressão dissocia, aliena, faz da pessoa uma cega para seus desejos, ignorante sobre o que é bom para ela. Uma presa fácil de líderes totalitários, dos grandes pais autoritários que prometem alívio para angústias de prazer que acompanham todas as tentativas de retorno do reprimido, em troca da obediência, da adesão total à sua liderança. A repressão é a condição da obediência: quem não sabe o que quer, quer aquilo que dizem que ele deve querer. É tão simples assim, e é partindo desse raciocínio simples que Reich veio a entender a adesão do pobre povo alemão ao nazismo (KEHL, 1987, p.481).

Visando influenciar o povo aos interesses pessoais tiranos, as obras possuíam uma mensagem com intuito de influenciar o povo germânico à guerra, propagando a supremacia da raça ariana, o repúdio aos judeus e ao extremo nacionalismo. Sendo uma maneira de causar o desvio intelectual. A consequência desses acontecimentos formou uma Alemanha que idolatrava seu líder acreditando nos seus atos como verdade. Em contrapartida, o preconceito triunfava para com as diferentes raças e ideologias.

O nazismo deixou uma dívida cultural com judeus devido ao saqueamento de obras que correspondiam as ideias de autores judeus. Muitas informações foram perdidas decorridas da queima de livros, dentre os grandes perseguidos do Nazismo, enfocava-se os judeus que possuíam livros sobre sua raça e sua religião.

Contudo, em recente ocasião a Biblioteca de Berlim devolveu obras que foram roubadas de diversos lugares que detinham o conhecimento judaico. “A Biblioteca Pública de Berlim devolveu nesta quarta-feira 13 livros roubados pelos nazistas à comunidade judaica, como parte dos esforços do Governo Alemão de restituir os tesouros culturais saqueados” (VEJA, 13 abr., 2011).

5 DITADURA MILITAR NO BRASIL

A ditadura militar no Brasil teve seu início em 1964 até 1985, com duração de 21 anos, quando os militares assumiram o poder derrubando, o Presidente da época, João Goulart. Marcado como tempos de dureza e opressão, conforme explicam Nascimento *et al.* (2013, p.3): “[...] sistema centralista e autoritário, rompendo assim o regime democrático” que, proibia as formas de expressão e ideias independentes que fossem contra a ideologia do Governo. Criados no governo militar de Castello Branco, os Atos Institucionais e o Serviço Nacional de Informação (SNI) que vigiava as informações no território brasileiro.

No entanto, foi a partir do segundo Presidente Militar que o abuso do poder se tornou visível, quando as informações se mostravam realmente uma ameaça à ideologia vigente. “Com a edição do Ato Institucional n.5, no governo do Presidente Costa e Silva, em 1968, tornou-se possível [...] criar condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas” (RODRIGUES, 2013, p.32). A partir deste Ato, a música, o cinema, as novelas, a literatura e as artes, e as formas de expressões em geral foram alvos de perseguições pela possibilidade de influência à sociedade.

Os livros de início não foram tão perseguidos, porém a partir de 1970, no Governo Médici, isso passaria a ocorrer, ou seja, se inicia a censura de obras e periódicos com a desculpa de proteger a moral e os bons costumes. Conforme o (DECRETO LEI n.1.077, de 26/01/1970):

Considerando que esta norma visa a proteger a instituição da família preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum:

Art. 1 – não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação; Art. 2 – caberá ao Ministro da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Após este Decreto o Estado passou ter total liberdade para censurar livros e periódicos, por meio do órgão de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ficando estabelecido que, toda obra produzida deveria ser averiguada para não serem disseminadas informações que fossem contra os interesses do Estado. “Eram vetadas

aquelas que fizessem elogio ao comunismo ou criticassem o sistema político vigente; no campo da moral religiosa, eram vetados os temas do ateísmo e da pornografia [...]” (LEITE; LEITÃO, 2009, p.11).

A pesquisa encontrou evidências de que algumas bibliotecas que possuíam ‘livros suspeitos’, foram invadidas como, por exemplo, a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto, conforme é relatado em “O controle ideológico na USP” (ADUSP, 2004, p.16), “Porque houve a denúncia de que, na Biblioteca da Faculdade, havia obras de Karl Marx e professores comunistas, escolhidos à cadeia e dois mais precavidos tiveram que desaparecer”. O caso da Biblioteca da Universidade de Brasília que foi interdita e investigada “Circularam várias histórias jocosas a respeito de obras consideradas suspeitas: tábuas de logaritmos teriam sido tomadas como códigos secretos, livros teriam sido julgados subversivos porque suas capas eram vermelhas” (SALMERON, 1997 p.177). Assim como o relato descrito pela bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “O caso de alguns livros encadernados em vermelho da Faculdade de Arquitetura que, foram por ordem da Direção, recolhidos do acervo, pois se tinha de que relacionassem essas obras ao comunismo” (CHAFFE, 2009, p.34).

Livrarias também passaram a ser invadidas e livros recolhidos, as editoras se preocupavam em relação ao investimento em obras e o medo de acabarem não sendo aceitas pela censura. Alguns dos livros censurados foram: “Feliz Ano Novo, de Rubem Fonseca; Zero, de Ignácio de Loyola Brandão; Dez Estórias Imorais, de Aguinaldo Silva e Carniça, de Adelaide Carraro” (FIORATTI, 2012, p.83). Complementando, as obras da escritora Cassandra Rios que, também, foram alvo dos censores por abordar em suas obras o erotismo e temas homossexuais.

Livros ou revistas lançadas teriam que enviar cópia para serem analisados, até as capas dos escritos eram avaliados pelos censores, ficando cada vez mais difícil ter uma obra lançada e aprovada. “A revista Veja também foi informada, em dezembro de 1969, que semanalmente, deveria submeter um exemplar impresso para exame por um determinado militar, que liberaria ou suspenderia a circulação daquela edição” (GASPARI, 2002, p.169). Alguns tipos de livros tornaram-se isentos da censura como os didáticos e os técnicos, os que não abordavam pornografia, e os que não afligiam a moralidade pública.

Conforme a Portaria 11-B, em 6 de fevereiro n.1-70: “[...] estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorização de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”, todavia, o governo utilizou estratégias para que os ataques a obras literárias não fossem visivelmente percebidos, passando a investir em grande demanda de livros de ensino e autores para a valorização da leitura brasileira, através do Instituto Nacional do Livro (INL). “Fornecendo aos autores incentivos econômicos para a publicação de obras, diminuição ou extinção dos ônus fiscais sobre a atividade cultural [...]” (PEREIRA, 1967).

Em 5 de outubro de 1988 com a frase de Ulysses Guimarães “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil” e, ainda: “Temos ódio à ditadura, ódio e nojo”. Era a democracia triunfando após 21 anos de opressão, sendo então estabelecida a Constituição Federal que aprova a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar e o apoio do Estado às manifestações culturais e diferentes formas de expressões. Um verdadeiro passe contra os anos de chumbo que o conhecimento e a informações passaram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou o quanto o conhecimento e as informações adquiridas por uma sociedade são capazes de mudar uma situação provocando verdadeiras revoluções na humanidade e, portanto, se tornando uma verdadeira arma contra a ignorância. Sabendo disso foi perceptível que possuidores do poder, sempre souberam desde a antiguidade, a influência da informação sobre a sociedade. Por meio disso, criaram formas de evitar o fluir destas, promovendo diferentes formas de censura.

Evidencia-se que a informação e o conhecimento se tornaram ameaçadores para aqueles que desejavam manter o poder a qualquer custo e, por meio de ações de poder, muitas informações e conhecimentos foram extintos da humanidade, pois sabiam que os indivíduos que se apropriassem de informações e conhecimento não seriam mais os mesmos. É notável que o direito de acesso que possuímos nos dias atuais foram conquistados a partir de resistências e revoluções de indivíduos que lutaram para que a liberdade de acesso e uso do conhecimento fosse uma realidade.

Exemplo disso é a declaração do direito do homem e do cidadão, conquistado a partir da Revolução Francesa.

Desse modo, é fundamental compreender os acontecimentos e os processos históricos pelos quais a informação e o conhecimento passaram, para não cometermos os erros anteriores, principalmente, por parte daqueles que detêm o domínio da informação e do conhecimento em suas mãos, e que buscaram repassar apenas suas próprias verdades e ideologias.

Observa-se que as atitudes insensatas de diferentes tipos de poder que restringiram a informação e o conhecimento à sociedade, indica a importância dos profissionais da informação nesses processos históricos.

Torna-se fundamental que o bibliotecário e os profissionais da informação reflitam sobre suas condutas profissionais no que tange à censura e à democratização da informação. Os acervos e as coleções contêm diferentes tipos de obras que devem estar disponíveis para acesso e uso da sociedade independentemente de ideologia, credo, etc., bem como atuar de forma ética para com seus usuários/clientes, defendendo o cunho liberal e humanista da profissão, na qual têm por objetivo disseminar a informação sem nenhum tipo de preconceito.

REFERÊNCIAS

ADUSP - Associação dos Docentes da USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo, 2004. 116p.

ANDRADE, A. M. **Um congresso contra o arbítrio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ANDREUCCI, Á. G. A. **O risco das ideias: intelectuais e a polícia política (1930-1945)**. São Paulo: FAPESP, 2006.

ARAÚJO, E. A. de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitaria da UFPB, 2002.

BABBIE, E. **The practice of social research**. California: Wadsworth, 1983.

BARRETO, A. de A. A estrutura do texto e a transferência da informação.

Datagramazero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.6, n.3, 2005.

Disponível em:

<<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/166/1/barreto%207.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 6 jan. 2015.

CANFORA, L. **A biblioteca desaparecida**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.
CAVALCANTE, L. E. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.esp.,1. sem. 2009.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAFFE, B. A. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. 2009. 61f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CORNELSEN, E. L. Os descaminhos da poesia a serviço do nazismo. **Revista Contingentia**, Porto Alegre, v.4, n.2, nov. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/10173/6773>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CORREA, E. C. D.; SPUDEIT, D. A interdisciplinaridade entre Biblioteconomia, Educação e Sociologia nos cursos de graduação da Região Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v.19, n.2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/39461/27951>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

DARNTON, R. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVII. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. **Revolução impressa**: a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FIORATTI, G. As páginas proibidas. **Revista Pesquisa**, São Paulo, set. 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/09/082-085_censura_199.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2014.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, E. P. **O papel da imprensa na revolução Francesa**: panfletos, jornais, almanaques e livros filosóficos. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/4666258/o_papel_da_imprensa_na_revolucao_francesa_panfletos_jornais_almanaques_e_livros_filosoficos>. Acesso em: 27 dez. 2014.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, A. da S. Censura: seus diferentes aspectos e a função do bibliotecário. **Revista do Centro Sócio-Econômico**, Belém, v.2, n.2, mar., 1995.

KEHL, M. R. A psicanálise e o domínio das paixões. In: CARDOSO, S. *et al.* **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEITE, A. L.; LEITÃO, B. J. M. Censura a livros nos processos do Arquivo Miroel Silveira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2009.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MANN, T. **Discursos contra Hitler**: ouvintes alemães. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NASCIMENTO, A. C. A. *et al.* A ditadura militar e a censura no jornal impresso (O Estado de São Paulo). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: [ALCAR], 2013.

OLIVEIRA, M. de. **A investigação científica na Ciência da Informação**: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 1998.

PIOVESAN, A. **Da necessidade das escolas de saúde pública elaborarem métodos simplificados de investigação social**. São Paulo, 1968. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública da USP, 1968.

POZZOLI, L. **Maritain e o Direito**. São Paulo: Loyola, 2001.

RODRIGUES, M. L. de O. **A censura na biblioteca central da Universidade de Brasília durante o regime militar**. 2013. 55f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2013.

RUSSO, M. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: UnB, 2007.

TRAGTENBERG, M. **A falência da política**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Culture in the third Reich**: overview. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005207>>. Acesso em: 31 dez. 2014.

VARELA, P. **A literatura no nacional-socialismo**. Disponível em:
<<http://inacreditavel.com.br/wp/a-literatura-no-nacional-socialismo/>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

VEJA. **Biblioteca de Berlim devolve livros roubados por nazistas**. Incluído na *tag* internacional da homepage. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/biblioteca-publica-de-berlim-devolve-livros-roubados-por-nazistas-a-judeus>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Alessandra Nunes de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: alessandranunesoliveira@gmail.com
Brasil

Jetur Lima de Castro
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: Jetur.er@gmail.com
Brasil